



## O Mandato de Doha:

*“Atribuímos importância máxima a questões e preocupações relativas à aplicação levantadas pelos Membros e estamos determinados a encontrar soluções apropriadas para elas. Neste sentido, e considerando as Decisões do Conselho Geral de 3 de maio e 15 de dezembro de 2000, também adotamos a Decisão sobre as questões e preocupações relativas à aplicação que encontra-se no documento WT/MIN(01)/17 para abordar alguns problemas de aplicação enfrentados pelos Membros. Concordamos que as negociações sobre questões pendentes relativas à aplicação serão parte integral do programa de trabalho que estamos estabelecendo, e que os acordos alcançados em uma etapa inicial dessas negociações serão tratados de acordo com as disposições do parágrafo 47 infra. Para isto, procederemos da seguinte maneira: a) nos casos em que estabelecemos um mandato de negociação específico na presente Declaração, as questões de aplicação pertinentes serão tratadas sob aquele mandato; b) as demais questões pendentes relativas à aplicação serão tratadas com caráter prioritário pelos órgãos competentes da OMC, que, no máximo ao final de 2002, apresentarão um relatório ao Comitê de Negociações Comerciais, estabelecido pelo parágrafo 46 infra, visando uma ação apropriada”.*

(Parágrafo 12 da Declaração Ministerial de Doha)

# Questões e Preocupações Relacionadas à Implementação

A ambiguidade do parágrafo 12 da Declaração Ministerial de Doha sobre questões e preocupações relacionadas à implementação, juntamente com os diferentes órgãos envolvidos em sua apreciação, tem resultado em um processo fragmentado que solucionou apenas algumas das preocupações. O fracasso dos Membros em abordar muitas das exigências de implementação reflete a maior prioridade dada a outras áreas de negociação durante os preparativos finais para a Conferência Ministerial de Hong Kong, em dezembro de 2005. Assim que se vislumbra um pacote final, as questões e preocupações relacionadas à implementação devem começar a alterar a agenda da OMC.

## Histórico

Antes da Conferência Ministerial de Seattle em 1999, a “implementação” era geralmente compreendida como a conformidade com as obrigações da OMC. Contudo, durante as negociações pré-Seattle, os países em desenvolvimento expandiram o conceito para incluir a implementação de disposições de soft law a seu favor e abordar os desequilíbrios existentes nos acordos da OMC que lhes impediam de beneficiarem-se totalmente do sistema multilateral de comércio.

A Conferência Ministerial de Doha de 2001 abordou questões de implementação na própria Declaração Ministerial, em uma Decisão à parte sobre Questões e Preocupações Relacionadas à Implementação (WT/MIN(01)/17) e em uma Compilação de Questões de Implementação Pendentes levantadas por Membros (JOB(01)/152/Rev.1).

No ‘Pacote de Julho’ de 2004, os Membros foram encorajados a debater questões de implementação pendentes. O Conselho Geral solicitou que o Diretor Geral da OMC desse prosseguimento às consultas previstas no Parágrafo 12b, enfatizando a extensão da proteção de Indicações Geográficas (IGs) a outros produtos que não vinhos e bebidas espirituosas, prevista no artigo 23 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). Depois de julho de 2004, as negociações sobre o parágrafo 12b deram-se em duas frentes. Primeiro, o então Diretor-Geral Supachai Panitchpakdi, solicitou que os Presidentes das Mesas de órgãos relevantes da OMC atuassem como “amigos”, efetuando consultas em seu nome sobre o progresso das questões e preocupações relativas à implementação em suas respectivas áreas de negociação. A segunda frente abordava diretamente a extensão das IGs. Alguns Membros temiam que discussões subsequentes sobre a extensão de IGs enfraquecessem outras questões relacionadas à implementação.

## Estado atual das negociações

O mandato do Diretor Geral foi renovado pelo Conselho Geral em julho de 2005. A tarefa foi dada ao novo Diretor Geral, Pascal Lamy. Em sua declaração de outubro de 2005 ao Comitê de Negociações Comerciais, Lamy informou que a denominação de “amigos”, dada aos Presidentes das Mesas, continuaria. Ele também nomeou dois de seus Diretores Gerais Adjuntos para examinar questões específicas relacionadas à implementação. Valentine Rugwabiza (Ruanda) é o responsável por questões pertinentes ao Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMs, sigla em inglês) e Rufus Yerxa (EUA) é o responsável pelas IGs no âmbito do Acordo TRIPS e pela relação entre o Acordo TRIPS e a Convenção de Diversidade Biológica (CDB).

O quadro a seguir evidencia algumas das mais importantes preocupações relacionadas à implementação e o progresso que tem sido feito - ou melhor, que não tem sido feito - para solucionar essas questões desde a Conferência Ministerial de Cancun, em 2003.

Questões de implementação relacionadas a negociações em agricultura, serviços e direitos de propriedade intelectual serão abordados no Vol. 4 da série Doha Briefings, números 2, 3 e 5, respectivamente.

Área da Questão	Acordo Relevante da OMC	Preocupação relacionadas à Implementação abordadas em	O que diz o texto relacionado à implementação	Estágio Atual
Regras de Origem	Acordo sobre Regras de Origem	Decisão de Doha sobre questões e preocupações relacionadas à Implementação (doravante "Decisão", parágrafo 9)	Comitê sobre Regras de Origem é encorajado a concluir o programa de trabalho de harmonização até o fim de 2001	Nenhuma decisão foi tomada; negociações intensas continuam. Prazo para 94 questões políticas transferido para julho de 2006; trabalho técnico deve ser concluído no final de 2006.
Valoração Aduaneira	GATT 1994, artigo VII	Decisão, parágrafo 8.3	Comitê sobre valoração aduaneira ainda vai abordar as "preocupações legítimas" de autoridades aduaneiras relativas à declaração de valores de importação	Nenhuma decisão foi tomada
Subsídios e Medidas Compensatórias	Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (SCM)	Decisão, parágrafo 10.3	Comitê sobre Subsídios continuar a revisar as disposições do Acordo sobre investigação de medidas compensatórias	Nenhuma decisão foi tomada
Subsídios e Medidas Compensatórias	Acordo SCM, artigo 27.4	Decisão, parágrafo 10.6	Extensão do período de transição para certos subsídios à exportação concedidos a uma categoria ligeiramente redefinida de países em desenvolvimento	27 de Outubro de 2005: Membros concedem prorrogação de um ano (até o final de 2006) para 19 PEDs. O que reflete o novos critérios de elegibilidade
Anti-dumping	Acordo Anti-dumping, artigo 15	Decisão, parágrafo 7.2	Membros devem esclarecer como países desenvolvidos devem ter "cuidado especial" com a situação dos PEDs as considerar medidas anti-dumping	Nenhuma decisão foi tomada; discussões continuam no Grupo de Negociações sobre regras.
Salvaguardas	Acordo sobre Salvaguardas, artigo 9.1	Tiret 84 da Compilação	Considerando alterar níveis mínimos para que medidas de salvaguarda não sejam aplicadas a países em desenvolvimento responsáveis por menos de 7 % da importação total e 15 % coletivamente	Nenhuma decisão foi tomada; Comissão de Salvaguardas continua a negociar, e.g. JOB 9(04)158 da Malásia e G/SG/M25 e 26
Acesso a Mercados	GATT 1994, artigo XIII, Parágrafo 2(d)	Decisão, parágrafo 1.2	Membros devem definir até o fim de 2002 o significado do termo "interesse substancial" para a determinação da atribuição de cotas	Nenhuma decisão foi tomada; as discussões continuam no Comitê de Acesso a Mercados.
Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio	Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionado ao Comércio (TRIMS)	TireT 40 da Compilação	Devem ser incluídas no Acordo disposições que permitam que PEDs façam uso das flexibilidades necessárias à implementação de políticas de desenvolvimento	Nenhuma decisão foi tomada; negociações intensas continuam em andamento.
Têxteis e Vestuários	Acordo Anti-dumping	Decisão, parágrafo 4.2	Membros concordam em seriamente considerar o uso de medidas anti-dumping contra países em desenvolvimento	A Turquia impôs sete taxas anti-dumping sobre têxteis Chineses; os UEA e a UE optaram por salvaguardas
Comércio e Desenvolvimento	GATT 1994, artigo XVIII	Declaração de Doha, Parágrafo 12 (b), Tiret 3 da Compilação de questões sobre implementação levantadas pelos Membros	Membros devem garantir que o artigo XVIII do GATT permita que PEDs implementem programas de desenvolvimento econômico cujos objetivos sejam a elevação do padrão de vida da população em geral	18 de agosto: Membros concordam em instruir o Conselho sobre Comércio de Bens a desenvolver e adotar procedimentos para recorrer ao artigo XVIIIIC; Novembro de 2002: o Comitê sobre Balança de Pagamentos apresentou um relatório sobre a linguagem do draft referente à seção B; consultas informais continuam em andamento
Balança de Pagamentos	GATT 1994, artigo XVIII, Seção B	Declaração de Doha, Parágrafo 12(b) Tiret 1 da Compilação	Somente o Comitê sobre Balança de Pagamentos terá autoridade para avaliar a justificação de medidas BoP	Nenhuma decisão foi tomada; consultas continuam em andamento.
Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)	Decisão, Parágrafo 3.3	Apontando para uma decisão anterior sobre equivalência de diferentes medidas de segurança de alimento, saúde, animais e plantas, a instrução é para implementação imediata	Março de 2004: o Comitê sobre SPS conclui seu plano de trabalho sobre equivalência adotando três esclarecimentos à sua Decisão de outubro de 2001 sobre Equivalência
Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS)	Parágrafo 3 da Compilação	Quando a adoção de medidas SPS tenham efeito significativo sobre o comércio de produtos que interessam PEDs, os Membros informarão a OMC e o Membro em questão.	27-28 de outubro de 2004: o Comitê sobre SPS adotou um procedimento para notificação transparente de SPS e de consultas bilaterais, caso solicitadas.